

Temor de assumir Estados precários motiva iniciativa

Para novos governadores, quadro das contas públicas é dramático por culpa do Planalto

BRASÍLIA – A rápida mobilização dos governadores eleitos da oposição tem um forte motivo: a constatação de que vão assumir, no dia 1.º de janeiro, um quadro dramático das contas públicas de seus Estados, prejudicados por medidas adotadas do governo federal e agora drasticamente ameaçados pelo pacote fiscal.

A irritação deles começa pelas perdas acumuladas com a desvinculação de recursos estaduais para compor o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), administrado pelo governo federal. Os Estados, que perderam até agora R\$ 1,3 bilhão, poderão chegar a um prejuízo superior a R\$ 2,7 bilhões se o FEF for prorrogado e ampliado.

“Essas conquistas alcançadas pelos Estados desde 1988 começam a desaparecer com o FEF”, reclamou o governador reeleito pelo Amapá, João Capiberibe (PSB). Ele ressaltou que alguns Estados são inteiramente dependentes do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que tem parte da receita deslocada para o FEF. Segundo ele, o FPE responde por 80% da receita do Amapá. No caso do Acre, esse percentual chega a 90%, segundo o governador eleito Jorge Viana (PT).

“Somos obrigados a gerenciar uma crise que nós não provocamos”, acrescentou Capiberibe, que criticou a discriminação do governo com os Estados governados pela oposição, na compensação das perdas acarretadas com a Lei Kandir. “Hoje eu não tenho déficit; já fiz meu dever de casa há dois anos e tive um desgaste imenso, chegando a ter uma rejeição de 70%.”

O choro do governador eleito do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, não foi menor. “O Estado perde ao ano R\$ 140 milhões com a Lei Kandir, e o FEF retira dele outros R\$ 30 milhões”, contabilizou. O Mato Grosso do Sul é hoje um Estado absolutamente endividado e quase um terço da população passa necessidade, apesar de responder pela segunda maior renda per capita do Brasil. O governo do PMDB demitiu 7 mil servidores e negociou uma dívida de R\$ 2,8 bilhões que consome 15% da receita estadual.

O governador eleito de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), propôs uma carência aos Estados no pagamento da dívida. “Os novos governadores vão começar a pagar uma dívida que já foi renegociada, sem discutir se os Estados têm condições de arcar com ela”, protestou.

A deputada Marta Suplicy (PT-SP), que participou da reunião dos governadores e líderes da oposição, cobrou do governador eleito Mário Covas (PSDB) uma defesa firme dos interesses da produção paulista, com o governo federal. “São Paulo vai ter um impacto muito forte com o pacote, por causa do aumento do custo da produção, consequência do aumento de impostos, e diminuição do emprego”, disse. (C.C. e G.C.)